



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO CONSELHEIRO PORTA-VOZ

COMUNICADO

Sua Excelência o Senhor Presidente da República presidiu hoje, sexta-feira, a terceira ronda de conversações, destinadas à procura de uma solução negociada da crise instalada na ANP.

A sessão, que decorreu no Salão Nobre do Palácio da República, foi marcada pelas ausências das delegações do PAIGC e da Mesa da Assembleia Nacional Popular.

O Chefe de Estado lamentou as duas ausências, numa altura em que o país requer os esforços de toda a sociedade, particularmente os actores políticos e sociais, para emergir desta crise.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República informou aos presentes no encontro que recebeu duas correspondências – uma assinada pelo Presidente da ANP e outra pelo Presidente do PAIGC – que, entre outras questões abordadas, sugerem, ambas, a alteração do formato das reuniões, que, segundo eles, não deviam contar com a presença da delegação dos 15 deputados do PAIGC.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República estranhou o facto de só agora a ANP e o PAIGC questionarem o formato das reuniões, quando o mesmo já tinha sido definido desde o início, ou seja, sentar à mesma mesa todas as partes desavindas do Parlamento.

Sobre essas duas cartas, o Chefe de Estado explicou que deu instruções ao seu Gabinete para que não sejam respondidas, por considerar que eram dirigidas ao público e apenas remetidas para conhecimento do Presidente da República, uma vez que, antes mesmo de chegarem à sua mesa de trabalho, já circulavam, desde o dia anterior, nos órgãos de comunicação social e nas redes sociais.

Sua Excelência o Senhor Presidente da República solicitou aos observadores presentes na reunião, nomeadamente as organizações da sociedade civil, a efectuarem diligências junto do PAIGC e da Mesa da ANP no sentido de fazê-los regressar à mesa do diálogo, espaço privilegiado para gerar consensos com vista à resolução pacífica da crise.

O Chefe de Estado quer assegurar, através deste meio, a todos os guineenses que compreende perfeitamente a ansiedade gerada quanto ao desfecho dessa crise.

Não obstante - e tendo em conta a delicadeza da questão - apela à calma e à contenção de todos, pois o momento exige o maior discernimento e ponderação porque trata-se de resolver um problema que, pela sua dimensão, afecta todo o país.



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DO CONSELHEIRO PORTA-VOZ

Alias, foi nessa senda que Sua Excelência o Senhor Presidente da República fez recurso a peritagem nacional e internacional para se rodear de instrumentos jurídicos para sua melhor orientação.

Desta feita, solicitou pareceres à Faculdade de Direito de Bissau e a dois eminentes constitucionalistas portugueses.

Até hoje, estranhamente, a Presidência da República não recebeu nenhum parecer da Faculdade de Direito de Bissau, o que lhe impede de conhecer a verdade jurídica defendida por tão prestigiada instituição académica do país sobre o caso em apreço.

Outrossim, as duas eminências jurídicas portuguesas emitiram pareceres em que ambos concluem que são inconstitucionais e ilegais, tanto a deliberação da Comissão Permanente da ANP, que declara a perda de mandato de 15 deputados da Bancada do PAIGC, assim como a continuação da sessão plenária, após a sua suspensão.

Os dois constitucionalistas autores dos pareceres estudaram a legislação guineense em vigor e, nas suas análises, tiveram em consideração todos os aspectos, nomeadamente o facto de o Regimento da ANP ser omissivo em relação à figura de Deputado independente.

A Presidência da República compreende que as partes façam declarações em defesa dos seus interesses, mas repudia qualquer insinuação que vise lançar suspeição sobre a honestidade intelectual de exemplos maiores do pensamento jurídico das escolas de Lisboa e Coimbra.

No final do encontro de hoje, o Chefe de Estrado agendou para quarta-feira, 10 de Fevereiro, às dezassete horas, a próxima ronda de conversações, destinada a formulação de propostas e sugestões pelas partes tendo em vista encontrar consensos e firmar compromissos susceptíveis de garantir estabilidade política até ao fim da legislatura.

Bissau, 05 de Fevereiro de 2016.

Fernando Mendonça

- CONSELHEIRO PORTA-VOZ -